

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA USP

CONCURSO DE LIVRE-DOCÊNCIA – PROVA ESCRITA – 05/02/2013

CANDIDATA: Augusta Thereza de Alvarenga

PONTO SORTEADO Nº 8:

**ABORDAGEM DE GÊNERO NA ÁREA DE SAÚDE SEXUAL E
REPRODUTIVA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA INVESTIGAÇÕES NO
CAMPO DA SAÚDE PÚBLICA**

INTRODUÇÃO

O emprego da abordagem de gênero na área da Saúde Sexual e Reprodutiva reveste-se de grande importância na atualidade, notadamente no Brasil onde tal abordagem cobre uma ampla gama de problemas de saúde (Brasil -MS, 2007), inserida em um campo considerado complexo e de natureza multi e interdisciplinar (Alvarenga, 1994; Minayo & Souza, 1998), apresentando grandes desafios quer em nível da produção de conhecimento dos problemas, quer em nível da definição de políticas públicas e processos de intervenção que contemplem e respondam a essa complexidade. (Carvalho, 1999)

Vale sinalizar que a constituição dessa área, que no Brasil ocorre nos anos 1990, é tributária não somente da abordagem de gênero, conhecida atualmente como pertencendo à área de Estudos Feministas ou de Estudos de Gênero, cuja constituição foi resultado de um amplo movimento – libertário – de mulheres nos anos 1960, norteados pela “bandeira” da denuncia acerca da invisibilidade, subordinação e dominação das mulheres. Foi igualmente tributária do grande avanço que esse movimento sofreu passando, notadamente a partir dos anos 1980, a representar o que conhecemos como movimento feminista. Esse movimento progressivamente ganha reconhecimento e poder exercendo, por exemplo, grande influência internacional apresentado-se, como exemplo típico, a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e População – Cairo 1994 –, a qual foi pautada pela afirmação e ampliação dos direitos humanos – dentre esses os direitos sexuais e reprodutivos – estreitamente relacionados aos conceitos de saúde reprodutiva e saúde sexual que são consagrados no Programa de Ação dessa

Conferência, marcando o reconhecimento da mesma como área prioritária do campo da saúde pública. Assim, o movimento feminista pode ser considerado como duplo movimento: de ação política e de reflexão crítica acerca da condição da mulher.

Sobre a constituição da área de Estudos da Mulher, Estudos Feministas e Estudos de Gênero.

No referido movimento de libertação feminina, nos anos 1960, a questão da dominação feminina foi denunciada a partir da discussão teórica do chamado "Feminismo Radical", que lançou mão do conceito weberiano de ordem patriarcal e dominação tradicional apontando para a questão da desigualdade como resultado da construção social e histórica de diferenciação entre os sexos.

Com o avanço das reflexões o conceito de patriarcado foi considerado importante, mas limitante para o entendimento da questão da dominação feminina. Isto por não dar conta do poder plural, importante para a futura reflexão sobre gênero, e permitir subsidiar a militância feminista em termos da busca de seu empoderamento. Daí a contribuição de autoras marxistas como H. Saffioti (2004), que reconhecendo a importância desse conceito de gênero, o articula ao de classe social. Em sua proposição toma gênero como construção histórica – que denomina de modelagem social – mas não necessariamente referida ao sexo, ponto considerado crítico pelas feministas. Articula gênero ao conceito de patriarcado, que nomeia como ordem patriarcal de gênero, demonstrando a grande importância de sua abordagem notadamente para os estudos sobre violência contra a mulher. A vertente marxista foi também adotada por feministas francesas que ao invés do conceito de gênero empregam o de relações sociais de sexo, em seus estudos.

Foi, no entanto, na aproximação com a vertente do pós-estruturalismo, representada por Jacques Derrida e Michel Foucault que se observa, notadamente a partir dos anos 1980, o aprofundamento do conceito, ou categoria de gênero, conforme amplamente divulgado na literatura especializada e reconhecido em sua complexidade e desafios como a abordagem que mais desvela a questão das diferenças e do poder.

Nessa linha de reflexão cabe registrar, no momento, a grande contribuição de Joan Scott (1995) quando conceitua gênero como categoria histórica e analítica, tendo como núcleo central, ou características definidoras, a relação entre duas proposições:

“ Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”

Essa definição, que tem como princípio básico a transversalidade de gênero, vai relacioná-lo notadamente ao de classe e de raça e etnia considerando que esses últimos são, assim, atravessados por gênero.

Em relação às contribuições específicas de Derrida e Foucault, vale considerar a existência outros aportes teórico-metodológicos mencionados por Scott (1995), como os da psicanálise e dos estudos linguísticos.

Na busca de avanço das reflexões sobre gênero vale considerar que as críticas se voltam contra o paradigma hegemônico da ciência moderna, em particular às ciências humanas e sociais – notadamente os estudos sociológicos – pelo tipo de produção realizada que não contempla mulheres, suas especificidades e condições , mas se prende às grandes narrativas e perspectivas totalizantes descaracterizando-as como sujeitos sociais, universalizando-as e essencializando-as em termos de identidade. Trata-se, em suma, da crítica ao binarismo que preside a ciência moderna, como pensamento dicotômico, e as coloca em termos de subordinação em uma ordem hierárquica que as inferioriza e define seu lugar como historicamente determinado.

Diante dessas questões, o método de desconstrução de Jacques Derrida será fundamental para se pensar a desconstrução do sujeito homem, como sujeito masculino universal, e o sujeito mulher, igualmente, como sujeito feminino universal. (Meyer, 1996)

Em relação à contribuição de Michel Foucault ela se relaciona notadamente à ideia da dinâmica do poder como presente em todas as relações, poder esse que produz e sanciona saberes, portanto, verdades, que na perspectiva de Foucault são relativizadas, ou seja: não são universais, fixas e imutáveis. (Meyer, 1996)

A articulação realizada entre gênero e poder possibilitou ao pensamento feminista deslocar as relações de dominação para as relações de poder propriamente ditas. E a subjetividade apresentar-se como construção discursiva integrada à teoria da linguagem. Assim, gênero é entendido como se referindo a saberes que produzem significados para as diferenças sexuais. E o sujeito constituído por múltiplas formas, plurais, contraditórias, contingentes, o que vai permitir, segundo Meyer (1996), retirar a centralidade do conceito de classe social e descentralizar o sujeito.

Assim, gênero se apresenta, nessa perspectiva, como diferente de sexo, podendo ser construído independentemente do mesmo rompendo, desse modo, com a dicotomia homem/mulher, assim como com a ideia de universalismo e de essencialismo. Abre, portanto, espaço para se pensar a questão do sujeito nas diversidades e identidades.

Essa possibilidade aparece na contribuição dada por Judith Butler (2003), que opera a desconstrução da dicotomia masculino/feminino centrada em homens e mulheres buscando articular gênero e sexualidade, colocando em questão a dicotomia homo/hetero como categorias universais. Daí poder-se falar em lugares do gênero, que possibilitou o reconhecimento da existência de outros gêneros além do homem e da mulher, tais como gays, lésbicas, bissexuais e transexuais nomeados e reconhecidos como grupo GLBT. Gênero passou, assim, a designar e denotar ampla classe de sujeitos, de subjetividades e de identidades.

Contribuição para a área da Saúde Sexual e Reprodutiva nos campos da Saúde Pública e da Saúde Coletiva

As considerações acima acerca do que se entende e se designa, na atualidade, como gênero, e sua diferenciação de sexo, permite apontar não somente para a contribuição que esse pensamento trouxe à área da Saúde Sexual e Reprodutiva, mas, igualmente, para a contribuição de sua constituição e complexificação.

Ao ser consagrado o conceito de saúde sexual e saúde reprodutiva, na referida Conferência Cairo 1994, constando os mesmos do Programa de Ação da conferência que os afirma, ao lado da equidade de gênero, como elementos centrais para a promoção da justiça social, o que se observa é com que força política essa área se constitui pelo compromisso dos Estados Membros da ONU – Organização das Nações Unidas – em implantar e implementá-la numa meta que alcança o ano de 2015. Vale considerar o cenário favorável do período pós guerra fria, dos anos 1990, que possibilitou a essa reunião constituir-se em um marco, tendo em vista a adoção de um novo paradigma para interpretar a relação população e desenvolvimento rompendo, assim, com os princípios neomalthusianos tão presentes nas conferências anteriores e nas políticas de controle da natalidade como práticas amplamente presentes e recomendadas no campo da saúde. (BRASIL, 2009)

No Brasil, a constituição da área encontrou cenário altamente propício tendo em vista o amplo movimento no campo da saúde, o chamado movimento sanitário, a partir dos anos 1970, que possibilitou várias conquistas .

Uma delas refere-se à aprofundada reflexão acerca do paradigma presente no campo da saúde pública, a partir do materialismo histórico, decorrente da visão positivista e biologicista que o preside, a partir de uma concepção tradicional de epidemiologia e de sanitarismo herdado do movimento norte americano, com implicações para o conhecimento e a prática, reflexão que culminou com a própria renovação da área da saúde pública a partir do movimento da denominada saúde coletiva, que emerge destacadamente nos anos 1980.

Outra grande conquista se deve à implantação e implementação do SUS – Sistema Único de Saúde – criado pela Constituição de 1988 e legitimado em 1990 pela lei federal 8080, o qual garante como seus princípios a universalidade, a integralidade, a equidade, princípios igualmente defendidos pelo movimento feminista que integrou, igualmente, a ampla luta pela redemocratização, no bojo da qual se inscreveu o movimento sanitarista.

Constituída como área a partir de 1994, a Saúde Reprodutiva e Sexual tem ampliado suas conquistas representando um enriquecimento para o tratamento dos problemas de saúde no campo da Saúde Pública e Saúde Coletiva.

Dentre esses, gostaríamos de mencionar dois que expressam essa contribuição pela sua relevância, complexidade e desafios: tratam-se da violência de gênero e da Aids.

Em relação à violência, esses desafios podem ser observados nas reflexões de Minayo & Souza (1998) que aponta a complexidade com que se reveste a violência, como problema social, na sua relação com a saúde pública e coletiva. Refletem sobre os limites das interpretações presentes em áreas como a sociobiologia e a etologia social e sobre a abertura que esse tipo de problema apresenta para a colaboração interdisciplinar e para a ação coletiva.

Quanto à Aids, o trabalho de Herzlich (2004) permite-nos observar o quanto os desafios colocados por essa epidemia permitiu abertura ao campo da saúde em geral, e da saúde pública e coletiva em especial.

Isso porque, segundo essa autora, a Aids aponta para uma mudança paradigmática da assistência à saúde rompendo com a dicotomia medicina/saúde pública ao se apresentar em toda a sua complexidade e desafios para os estudos de diferentes áreas como a epidemiologia, a clínica e os estudos populacionais, assim como para as ciências humanas e sociais.

Em função disso, aponta, igualmente, mudança nas relações saúde-medicina-saúde pública/saúde coletiva. Isto porque, traz para a esfera pública a esfera do privado, possibilitando a visibilidade do sujeito – paciente, como sujeito de direitos e empoderado diante do ativismo que essa epidemia possibilitou. Do mesmo modo, apresentou grande importância aos estudos das ciências

humanas e sociais e aos estudos de gênero, em função da valorização e da visibilização da experiência privada da doença via narrativas dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das colocações acima, podemos visualizar o quanto os Estudos de Gênero contribuíram e poderão contribuir para a área da Saúde Sexual e Reprodutiva, tendo em vista que além da violência e da Aids muitos outros problemas a desafiam, relacionadas às questões do gênero.

Em termos dos desafios, vale considerar as colocações de Carvalheiro (1999) de que o grande desafio que se coloca ao campo da saúde pública, na atualidade, é o da definição de políticas públicas que atendam à complexidade dos velhos e novos problemas que desafiam o mundo contemporâneo.

Nesse sentido, parece-nos que o grande convite é ao descentramento de nossos objetos e de nossos saberes tradicionais, que nos prendem ao antigo paradigma, sendo que a realidade nos aponta a presença do novo. E inovar parece-nos que passa necessariamente pela revisão de nossas fronteiras disciplinares, às quais os problemas e a realidade teimosamente buscam transgredir, transpassando-as: talvez não tenhamos ainda percebido, mas o convite ao exercício de um novo pensamento para a saúde passa necessariamente pela adoção, de fato, do pensamento complexo, interdisciplinar e transdisciplinar que se colocam na ordem das urgências, sem tempo de esperar.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, A.T. A Saúde Pública como campo de investigação interdisciplinar e a questão metodológica. *Saúde e Sociedade*. 3,2, p.23-41, 1994.

BRASIL, 15 anos pós-Cairo. Campinas, ABEP, UNFPA, 2009.

BRASIL. M/S – SAS. Relatório de gestão 2003 a 2006. PNAISM/LMS/SAS. Brasília, Ed. Ministério da Saúde, 2007

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CARVALHEIRO, J.R. *Os desafios para a saúde*. Estudos Avançados. 13,35, 1999, p.7-12

HERZLICH, S . Saúde e doença no início do século XXI: entre as esferas privada e pública. *PHYSIS: revista de saúde coletiva*. 13, 2, p.383-394, 2004.

MEYER, D.E. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, M. e col. (Orgs.) *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 41-51

MINAYO, C. 7 SOUZA, E.R. Violência e saúde como campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*. 4, 3, p.513-531, 1998.

SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero, patriarcado e violência*. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Educação e Realidade. 20, 2, p.71-99.